

*Afflavit Deus et dissipantur*ⁱ: o conflito entre Espanha de Felipe II e a Inglaterra de Elizabeth Iⁱⁱ*

Afflavit Deus et dissipantur: the conflict between Spain of Felipe II and England of Elizabeth I

José Renato Ferraz da Silveira

Doutor e mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP. Professor Associado I do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil.

RESUMO

O presente artigo trata do confronto internacional entre a Espanha de Filipe II (1556-1598) e a Inglaterra de Elisabeth I (1558-1603) no século XVI. Conforme Kennedy (1989), a vitória de qualquer país ou colapso de outro foi geralmente consequência de prolongada luta de suas Forças Armadas, mas também da utilização mais ou menos eficiente de seus recursos produtivos em tempo de guerra e, também, da maneira pela qual sua economia vinha crescendo ou decaindo em relação às outras nações importantes. A partir de pesquisa bibliográfica, analisamos os antecedentes do conflito, a forma como a Inglaterra lidou com a ameaça Habsburgo (tronco espanhol), principalmente através de uma guerra não declarada, com as incursões dos corsários ingleses sob conivência da rainha inglesa. Portanto, esse artigo tem como propósito destacar a ascensão inglesa, a decadência espanhola e, ainda mais, revelar as estratégias políticas e militares adotadas por ambos os países na tentativa de invasão espanhola em 1588.

PALAVRAS-CHAVE: Filipe II; Elizabeth I; Ascensão inglesa

ABSTRACT

This article deals with the international strife between Philip II's (1556-1598) Spain and Elizabeth I's (1558-1603) England in the sixteenth century. According to Kennedy (1989), the victory of any country or the collapse of the other was generally the consequence of a prolonged fight of their armed forces, and also the level of efficient use of their productive resource in wartimes. Another factor was the way in which their economy had been growing or declining in relation to other important nations. From bibliographic research, we analyzed the background of the conflict, the method adopted by England to deal with the Habsburg threat (Spanish branch), mainly through an undeclared war, with incursions of privateers under connivance of the British Queen. Therefore, this article has the purpose of highlighting the English rise, and the Spanish decline, also revealing the policy and the military strategies adopted by both countries in 1588 Spanish invasion attempt.

KEYWORDS: *Filipe II; Elizabeth I; English rise*

*Artigo recebido em 15 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020.
Navegador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 89-97 – 2021.

INTRODUÇÃO

A sombra do poder hegemônico¹ Habsburgo pairava sobre a Inglaterra durante o governo de Elizabeth I (1558-1603). Após recusar inúmeros pretendentes e “casar com a Inglaterra”, as tensões entre ingleses e espanhóis aumentavam a cada ano.

A morte, da Rainha escocesa Mary Stuart foi mais um ingrediente indigesto na polarização entre Espanha e Inglaterra. Além das frequentes incursões dos corsários ingleses, sob o apoio disfarçado de Elisabeth, que transformaram os “incidentes rotineiros” numa franca hostilidade.

Nesse sentido, a guerra contra a Espanha, agora, era coisa certa e indubitável, em que a sorte pendia francamente a favor da Espanha, uma vez que as minas de pratas e ouro vindas do México e Peru fortificavam o poder material do Império espanhol, possibilitando ao Rei Filipe II equipar suas forças em escala jamais vista.

Eram cinco as fontes principais das finanças dos Habsburgos, com várias outras menores. A mais importante foi, de longe, o legado espanhol de Castela, já que era governada diretamente e vários impostos regulares, de diferentes tipos (sobre venda, o imposto da “Cruzada” sobre propriedades religiosas), tinham sido concedidos à Coroa pelas cortes e pela Igreja. Além disso, havia as duas mais ricas áreas de comércio da Europa – os Estados italianos e os Países Baixos – que podiam proporcionar recursos relativamente grandes com sua riqueza mercantil e seu capital móvel. A quarta fonte, que ganhava importância com o tempo, era a receita do império americano. O “quinto real” de prata e ouro ali extraídos, juntamente com o imposto de vendas, tarifas aduaneiras e tributos da igreja no Novo Mundo, proporcionavam um vasto rendimento aos reis da Espanha, não só direta, como também indiretamente, pois os tesouros americanos que ficavam em mãos de particulares,

fossem espanhóis, flamengos ou italianos, ajudavam essas pessoas e empresas a pagar os crescentes impostos e, em emergências, o monarca podia sempre tomar grandes empréstimos dos banqueiros, na expectativa de saldar seus débitos quando chegasse a frota da prata. O fato de estarem em território Habsburgo as principais casas financeiras e mercantis – as do sul da Alemanha, de certas cidades italianas, e de Antuérpia – deve ser considerado como uma vantagem adicional e como a quinta maior fonte de renda (KENNEDY, 1989, p. 50).

Os círculos governamentais – *policy makers e advisers* – da Inglaterra compreendiam bem a situação: enquanto a Espanha dominasse as riquezas do Novo Mundo, poderia lançar uma infinidade de Armadas. Assim, era fundamental para os ingleses que a riqueza adquirida no Novo Mundo não saísse de lá ou que os navios que a transportavam fossem aprisionados em alto-mar. Era a estratégia militar inglesa – a curto e médio prazo – limitar os recursos espanhóis advindos da América, minando-os pouco a pouco.

Com essa estratégia clara e definida, a esperança era de fortalecer suas próprias finanças e destruir os preparativos do inimigo contra os Países Baixos. Logo, algumas expedições não oficiais foram lançadas contra a costa espanhola e suas colônias na América do Sul.

A revolta de algumas províncias dos Países Baixos proporcionou a oportunidade ideal para a intervenção inglesa. O apoio aos rebeldes foi essencial para garantir o sucesso da revolta. A Inglaterra realizou ousada e bem-sucedida ação da política de equilíbrio de poder que passava a adotar como estratégia em suas relações internacionais (FERNANDES, 2011, p. 47).

Isso aconteceu durante certo tempo, num estado de guerra não declarada, mas logo a rainha Elisabeth se convenceu de

que tais investidas esparsas, das quais não tomava conhecimento prévio, não abalariam o Império espanhol de ultramar, nem seu poderio na Europa. Embora era preferível adotar uma política de não comprometimento, no entanto, fazer parte do campo contra hegemônico² era fundamental. Gradualmente, portanto, as expedições não oficiais logo assumiram caráter oficial³.

DESENVOLVIMENTO

A Marinha Real inglesa, advinda dos tempos de Henrique VIII, foi reconstruída e reorganizada por João Hawkins, filho de um mercador de Plymouth, que outrora negociara com o Brasil.

Hawkins aperfeiçoara seus conhecimentos náuticos no tráfico de escravos na costa oriental da África e no transporte de negros para as colônias espanholas. Em 1573, ele foi nomeado tesoureiro e superintendente da Marinha. Além do mais, formou um competente discípulo, o jovem aventureiro de Devon, Francis Drake.

Drake ficou conhecido como o “chefe dos ladrões do mundo desconhecido”, tornou-se o “terror dos portos e dos seus navegantes”. Seu intuito declarado era forçar a Inglaterra a uma luta aberta contra a Espanha. Seus ataques aos navios espanhóis que transportavam ricas cargas de prata e ouro, as pilhagens às possessões ibéricas na costa ocidental da América do Sul em sua viagem ao redor do mundo, em 1577, bem como suas investidas em portos espanhóis na Europa, visavam levar a Espanha à guerra.

Com a experiência adquirida nos domínios da Espanha, os marujos ingleses sabiam ser capazes de enfrentar a ameaça, desde que houvesse razoável igualdade de forças. Com os navios que Hawkins construía, poderiam combater e pôr ao fundo qualquer força que os espanhóis mandassem contra eles.

Entrementes, os marujos de Elisabeth ganhavam experiência em águas inexploradas; a Espanha estava deliberadamente bloqueando o comércio de outras nações no Novo Mundo. Um cavalheiro de Devon, Humphrey Gilbert, começou a imaginar outra rota e foi o primeiro a fazer com que a rainha se interessasse pela abertura de um caminho para a China – ou Catai, como era chamada – através do noroeste. Ele era um homem culto, que estudara a obra dos exploradores contemporâneos, sabia existirem na França e nos Países Baixos muitos aventureiros treinados na luta individual, cujos serviços poderiam ser úteis. Recrutar forças mercenárias era fundamental para o confronto com a Espanha que se avizinhava.

De acordo com Churchill (1960, p. 102), em 1576, Gilbert escreveu uma “*Dissertação para provar uma passagem pelo noroeste até a China e as Índias orientais*”. Terminava seu livro com um notável desafio: “Não vale absolutamente a pena viver se, por medo da morte ou do perigo, recusamos em servir à pátria e à nossa própria honra. A morte é inevitável, mas a glória da virtude é imortal”.

Suas ideias inspiraram as viagens de Martinho Frobisher, a quem a rainha concedeu uma licença especial de explorador: a Corte financiou a expedição de dois pequenos navios, que partiram, imediatamente, em busca de ouro. Levando mapas do gélido litoral ao redor do estreito de Hudson, Frobisher retornou, trazendo consigo exemplares de um desconhecido minério preto, e havia muita esperança de que ele contivesse ouro. Para desaponto geral, essas amostras, examinadas, revelaram-se de nenhum valor; ficou provado que aventuras nos mares do noroeste não enriqueceriam ninguém de repente.

Entretanto, Gilbert, não se deu por vencido; foi o primeiro inglês que avaliou que o valor dessas viagens não se resumia



em procurar metais preciosos. Refletindo sobre o fato de haver gente demais na Inglaterra, supôs que talvez esse excesso de população pudesse ser canalizado para novas terras. A ideia de fundar colônias na América começou então, a empolgar a imaginação de todos. Alguns espíritos mais avançados já anteviam, em sonho, uma Nova Inglaterra surgindo no além-mar; de início, os objetivos em mente eram estritamente práticos: na esperança de transportar para o Novo Mundo os desempregados e necessitados, e de encontrar novos mercados para o tecido inglês, entre os nativos.

Segundo Churchill (1960, p. 103), Gilbert obteve de Elisabeth, em 1578, privilégio “para descobrir [...] tais longínquas terras pagãs e bárbaras [...] desde que pareçam boas e dignas de serem ocupadas e habitadas”. Com seis navios tripulados por inúmeros aventureiros, incluindo seu próprio “irmão-torto” Walter Raleigh, realizou várias viagens com muita esperança, mas sem sucesso algum.

Em 1583, Gilbert apossou-se da Terra Nova em nome da rainha, mas não cuidou da colonização; resolvido a tentar de novo no ano seguinte, levantou ferros de volta à pátria, porém, o pequeno comboio encontrou mar agitado. Uma narrativa feita por certo Eduardo Hoys ainda sobrevive:

Na tarde de segunda feira, 9 de setembro, a fragata quase foi destruída por ondas violentíssimas, mas conseguiu manter-se à tona. O capitão, sentado à popa, com uma *Bíblia* nas mãos, deu vazão à sua alegria, gritando do “Hind” para nossa nau que se aproximava: “Estamos tão perto do céu, no mar, quanto em terra!” CHURCHILL, 1960, p. 103).

À meia-noite desse mesmo dia sombrio, as luzes do navio de Gilbert, o *Squirrel*, apagaram-se de súbito, morrendo o

primeiro grande pioneiro inglês no Ocidente. Walter Raleigh procurou continuar sua obra e, em 1585, uma pequena colônia foi estabelecida na Ilha de Roanoke, junto ao continente americano, e batizada de Virgínia, em homenagem à rainha. Era um território sem limites bem fixados, de que resultaram os Estados atuais da Virgínia e Carolina do Norte. Essa aventura também fracassou, como também fracassou outra tentativa semelhante, dois anos mais tarde. Mas, por essa época, a ameaça espanhola aumentava, levando a que se concentrasse na Inglaterra todo o esforço; a guerra com a Espanha acabou adiando por vinte anos qualquer atividade colonial. Conforme Churchill, a luta que se estabeleceu era desesperadamente desigual, quanto aos recursos do país, mas, os marujos da rainha haviam recebido um treinamento sem igual, que seria, de fato, a razão da salvação da Inglaterra. Mas não só. A nova tecnologia de construção de navios, com o objetivo de torná-los maiores e muito melhor armados.

De certa forma, havia tempo que os espanhóis anteviam uma campanha contra a Inglaterra, sabiam que a intervenção inglesa ameaçava seus planos de reconquistar os Países Baixos e que, a menos que a Inglaterra fosse dominada, a agitação continuaria indefinidamente.

Desde 1585, os espanhóis coligiam informes de várias fontes: exilados ingleses mandavam para Madri longos relatórios, numerosos agentes forneciam a Filipe mapas e estatísticas, os arquivos espanhóis continham vários planos esboçados para a invasão da Inglaterra e tropas não constituíam problema.

Se a ordem fosse mantida por algum tempo nos Países Baixos, uma força expedicionária poderia ser retirada do Exército espanhol; um corpo de tropa seria o suficiente e tarefa mais árdua seria a construção e o treinamento de uma frota.



A maior parte dos navios do rei da Espanha provinha de suas possessões italianas e constituía-se de embarcações construídas para navegar no Mediterrâneo⁴; não se prestavam, pois, para uma viagem ao largo das costas ocidentais da Europa e pelo Canal da Mancha.

Por outro lado, os galeões construídos para as rotas comerciais das colônias ibero-americanas eram também impraticáveis⁵. Os dois primeiros erros estratégicos cometidos pelos espanhóis. Embarcações para transitar no Mediterrâneo e galeões para as rotas comerciais das colônias ibero-americanas eram insatisfatórias e inadequadas no confronto com a Inglaterra.

OS PREPARATIVOS PARA A BATALHA NAVAL

Churchill (1960) informa que, em 1580, porém, Filipe II anexara Portugal⁶, e os construtores navais portugueses não haviam sido dominados pelo Mediterrâneo; tinham experiência com navios próprios para a ação no Atlântico Sul e, assim, os galeões lusitanos constituíam a base da frota, então concentrada ao largo de Lisboa. Toda embarcação aproveitável foi reunida em águas espanholas, a ocidente, incluindo até os galeões particulares das escoltas de comboio, a chamada Guarda Indiana.

Ainda, Churchill (1960, p. 104) reforça que a célebre incursão de Drake em Cádiz, em 1587, fez com que os preparativos se prolongassem por mais um ano; nesse “chamuscamento da barba do rei da Espanha”, foi destruída grande quantidade de munição e navios⁷ e, não obstante, em maio de 1588, a Armada estava pronta.

De acordo com levantamento compilado por Churchill em sua obra, os espanhóis reuniram 130 navios, carregando 2.500 canhões e mais de 30.000 homens, dois terços dos quais, soldados.

Das embarcações, 20 eram galeões, 44 navios mercantes armados e oito galeras de Mediterrâneo; o resto compunha-se de pequenos barcos ou transportes desarmados e seu plano era subir a Mancha, recolher a bordo uma força expedicionária de 16.000 veteranos dos Países Baixos, comandados por Alexandre de Parma, e desembarcá-la na costa sul da Inglaterra.

Naquela época não havia uma divisão rigorosa entre um navio de guerra e um navio mercante; praticamente todos os navios de comércio, de bom tamanho, levavam canhões para repelir os piratas e outros predadores. Havia, porém, a tendência para a criação de Armadas reais, de modo que o monarca possuísse pelo menos certo número de navios de guerra regulares, para formar o núcleo em torno do qual se pudesse congregiar uma grande frota de navios mercantes, galeaças e pinaças armadas em tempo de guerra (KENNEDY, 1989, p. 53).

O renomado Almirante espanhol Santa Cruz não mais vivia, e o comando foi confiado ao Duque de Medina-Sidônia, que alimentava muita reserva quanto ao êxito da empresa; sua tática seguia o estilo mediterrâneo de interceptar os navios inimigos e obter a vitória por abordagem. Além disso, sua frota estava muito bem equipada para transportar grande número de homens e era forte na artilharia pesada, de pequeno alcance, mas fraca num ataque a longa distância. A tática adotada se mostrou equivocada. Os ingleses estavam bem preparados e a estratégia de confronto inglesa era a longa distância. Esse foi o primeiro erro dos espanhóis e custaria caro essa estratégia da curta distância.

De acordo com Churchill (1960), os marujos eram poucos, em comparação com os soldados, e estes haviam sido recrutados entre os miseráveis da população espanhola e eram comandados por oficiais do Exército de famílias nobres, inexpe-

rientes em combates navais. Muitas embarcações se achavam em mau estado. Água potável era guardada em pipas de madeira verde. Além disso, o comandante da Esquadra, o Duque de Medina-Sidônia, não tinha experiência em guerra naval e implorava ao rei que o poupasse dessa inédita aventura; apesar disso, o duque era líder habilidoso e diplomático que ganhara o respeito de todos os seus capitães. Contudo, este foi o segundo erro dos espanhóis: o Duque Medina-Sidônia não tinha experiência em combates navais.

Churchill (1960) afirma que, no início de 1588, a Rainha Elizabeth começou a mobilização para a guerra, a Marinha seria a primeira linha de defesa, mas era preciso organizar também Forças Terrestres. A Inglaterra não tinha Exército permanente: os homens mais capazes de cada comunidade foram reunidos em companhias locais, receberam armas e equipamentos e foram instruídos sobre o uso delas. Os governantes de cada condado foram instruídos a juntar essas companhias e colocá-las em forma; a nobreza foi chamada a fornecer cavalos e criados para a cavalaria. Com fervor patriótico, os membros da pequena nobreza apresentaram-se como voluntários e doaram fundos, cavalos, mosquetes e tantos homens quantos podiam dispensar de suas propriedades. Reuniram-se cerca de 50 mil infantess e 10 mil cavalarianos; 29 mil homens de Londres e do sul do país formavam a defesa pessoal da rainha. Era um número pequeno. E o medo era grande. O filósofo Thomas Hobbes, nascido no ano de 1588, diz que foi parido junto com seu irmão gêmeo: o medo.

Na foz dos estuários do Tâmesa e do Medway, no Mar do Norte, ergueram-se barreiras flutuantes; se as embarcações espanholas conseguissem penetrar nas primeiras linhas de defesa, cada curva estratégica do Rio Tâmesa escondia uma

plataforma de artilharia para deter os invasores com uma barragem de fogo. Mil archotes foram colocados em altos postes de ferro ao longo de toda a costa meridional e no alto de cada morro de Sussex e Kent.

Ao primeiro sinal de velas espanholas, essas cestas de piche e alcatrão seriam imediatamente acesas uma após a outra, mandando o alarme a Londres em vinte minutos ou menos. A defesa inglesa zelava pelos detalhes e o capricho de deter qualquer avanço da Invencível Armada.

A BATALHA NAVAL DE GRAVELINES

Enquanto a Inglaterra esperava, as forças da invasão espanholas concentravam-se numa, aparentemente, Invencível Armada no Porto de Lisboa.

No século XVI, a Europa nunca tinha visto tantos barcos, soldados, armas e provisões reunidos num único lugar para içar velas. Ao mesmo tempo, conduzir toda essa Armada até a batalha era um momento histórico e marcante. Os espanhóis estavam orgulhosos e triunfantes. A vitória seria deles, e de Deus. A Invencível Armada dos ibéricos contra a Armada da rainha inglesa excomungada. Era novamente o reencontro de Golias versus Davi. Agora Golias não daria chance ao pequeno e miserável Davi. Filipe II dizia que nem mesmo Deus poderia confrontar com essa Invencível Armada.

Uma extensa frota espanhola partiu com 130 grandes navios de Lisboa no final de maio de 1588 e, após lutar contra fortes ventos contrários, foi obrigada a partir novamente do setentrional porto de La Coruña no final de julho.

A estratégia decidida finalmente pelo Rei Filipe II, com pouca consulta a seus comandantes, estabelecia que a Armada de Medina-Sidônia se encontraria no Canal da Mancha com uma frota de peque-



nas naves e barcaças de transporte, que traria um Exército dos Países Baixos espanhóis, comandado pelo Duque de Parma. Deu-se aí o terceiro erro estratégico: a comunicação falha. A mensagem que Medina-Sidônia mandou para Parma, anunciando sua entrada no canal, não chegou a tempo; e, em vez de encontrar-se com a frota de apoio, chefiada pelo duque, ele se defrontou com as forças da Marinha Real de Elizabeth e seus navios mercantes, prontos para bombardear as naves espanholas com fogo de artilharia.

O que era notório, em termos numéricos de navios e canhões, os combatentes se equivaliam, mas os espanhóis não estavam preparados, adequadamente, para o tipo de batalha que viria a se travar e este foi o quarto erro estratégico deles.

Seus soldados, armados com piques e mosquetes, esperavam nos conveses de seus barcos pela aproximação dos oponentes, para lutar de acordo com as regras tradicionais da guerra. Esse quarto erro estratégico somou-se ao primeiro, de modo que, a artilharia inglesa começou a bombardear à distância. Em consequência do treinamento constante e do desempenho eficaz de seus canhões, os ingleses conseguiam atirar dez vezes mais rápido que os espanhóis, além disso, os artilheiros hispânicos eram continuamente atrapalhados pelo grande número de soldados que haviam sido embarcados. Assim, a inovação tática e a tecnologia naval foram determinantes para a vitória inglesa.

Em Gravelines, ao largo da costa de Flandres, entre Calais e Dunquerque, os ingleses aproximaram-se para o golpe final.

Durante a noite de 7 de agosto de 1588, oito brulotes – barcos sem tripulação, cheios de explosivos e canhões carregados, que atiravam quando o calor os atingia – foram lançados contra a formação espanhola. Em pânico, os capitães inimigos mandaram cortar as âncoras, fazendo

com que seus navios encalhassem ou fossem arrastados para longe do resto da frota. No dia seguinte, numa batalha de nove horas, os artilheiros ingleses inutilizaram mais navios espanhóis e encheram de furros outros que tentaram escapar. Deu-se então o quinto e fatal erro estratégico dos espanhóis: falta de adaptação e flexibilidade na batalha.

O que os canhões ingleses começaram, o mau tempo completou: tempestades violentas levaram os remanescentes da força de invasão para o norte, empurrando-os em torno da Escócia e, direção ao sul, até a Irlanda. Navios de guerra afundaram na Baía de Tobermory, ao largo da Ilha de Mull, uma das ilhas Hébridas, e, também, ao largo da costa irlandesa, em Donegal; um deles, levado mais para o norte do que os outros, foi a pique nas águas gélidas ao largo da Ilha Fair, entre as Órcadas e as Shetland. Tripulações foram forçadas a abandonar navios condenados a se arriscar em praias hostis. A nau capitânia de Medina-Sidônia, com o casco todo amarrado, levou um mês para voltar à Espanha. Ou seja, um *pathos* trágico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da morte de Mary Stuart e a Bula de excomunhão do Papa Pio V, a guerra da Inglaterra contra a Espanha era inevitável. Todos os preparativos para defender-se da invasão da Armada espanhola foram executados. Viagens ao redor do mundo, saques e pilhagens ao ouro e prata espanhol trazidos da América, modernização da frota inglesa, novas estratégias de combate naval, inexperiência do comandante espanhol e as tempestades foram alguns dos fatores que condicionaram a vitória inglesa contra a Invencível Armada espanhola.

Para a opinião pública inglesa, porém, a derrota da Invencível Armada foi recebida como um milagre, pois havia decênios



que a sombra do poderio espanhol pairava sobre o cenário político. Um impulso de religiosa emoção tomou conta de todos e foi cunhada uma das medalhas para comemorar a vitória que trazia a inscrição: “*Afflavit Deus et dissipantur*” (Deus soprou e eles foram para longe) (CHURCHILL, 1960, p. 109).

O episódio no Canal da Mancha foi decisivo para que os ingleses compreendessem a vantagem estratégica que uma Marinha de Guerra profissional poderia significar. A insularidade e a Força Naval determinaram os rumos do destino inglês. Com uma Marinha Militar regular durante a guerra civil inglesa, as inovações táticas introduzidas gradativamente e a tecnologia na construção de navios mais portentosos deram o grande impulso que tornou a Inglaterra a maior potência naval do mundo até o século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURSCHEID, Junior Ivan. Hegemonia e contestação: a aproximação de Caetano Veloso à teoria crítica coxiana. In: *Revista Interação*, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 256-337, Jul./Dez., 2013.

_____. Hegemonia e ordem mundial pós-Guerra Fria: uma análise coxiana das Relações Internacionais. In: *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, ano 7, ed. 18, p. 15-43, Set./Dez., 2014.

CHURCHILL, Winston. *História dos povos de língua inglesa: o novo mundo*. Trad. Enéas Camargo. São Paulo: IBRASA, 1960, pp. 102-109.

FERNANDES, Daniel Costa. *A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p. 47.

KENNEDY, Paul. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. In: *Ascensão e queda das grandes potências*. 20 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989, p. 39-77.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. *A tragédia da política em Ricardo II*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2014.

NOTAS

ⁱDeus soprou e eles foram para longe.

ⁱⁱTrabalho apresentado, parcialmente, no IX Encontro Nacional de Estudos de Defesa (ENABED), em 2016. O presente artigo possui especificidades e aspectos originais em relação ao trabalho apresentado no referido evento. E também há elementos analíticos da minha tese de doutorado que estão presentes na obra *A tragédia da política em Ricardo II* (SILVEIRA, 2014).

¹ A hegemonia no Sistema Internacional é caracterizada por duas ferramentas para seu exercício, o consenso e a coerção. O consenso prevalece, sendo que a coerção é utilizada apenas nos casos marginais e desviantes. O consenso é logrado com a difusão de um projeto político-ideológico com pretensões de universalização, juntamente com a institucionalização de normas e regras de conduta que possibilitem a liderança da potência hegemônica.

A hegemonia visa, em suma, a aquiescência dos dominados e, mesmo, dos rivais, reduzindo os custos da preponderância no Sistema Internacional (BOURSCHEID, 2013; BOURSCHEID, 2014).

² A contra hegemonia pode ser exercida de duas formas: a contestação, fundamentalmente por parte dos Estados marginalizados do sistema, e que se opõem aos desígnios da potência hegemônica, comumente prezando por uma postura autonomista; e a rivalidade, observada na postura de Estados que rivalizam com a potência hegemônica na busca pela liderança do sistema. Ambas as posturas podem dar origem a novos projetos político-ideológicos, sendo que a rivalidade leva a substituição da potência hegemônica, enquanto a contestação desestabiliza a liderança, mas não fornece uma alternativa hegemônica imediata (BOURSCHEID, 2013; BOURSCHEID, 2014).

³ Nas relações internacionais, é muito tênue a linha entre o discurso oficial e o oficioso.

⁴ A tartana é também um tipo de embarcação mediterrânea nos seus caracteres essenciais. Este barco, comum à Espanha e a outros países entre os quais a Itália, com um só mastro e equipada à latina, tem a proa projetada para o alto de acordo com a concepção grega, mas tem também um floco triangular.

⁵ Galeão é uma embarcação que se distingue dos restantes navios do mesmo tipo pelo fato de possuir quatro mastros, de alto bordo, armado em guerra, frequentemente utilizado no transporte de cargas que possuíam alto valor na navegação oceânica entre os séculos XVI e XVIII. Alguns tinham 1200 toneladas e 40 bocas de fogo. O número de velas era variável e tinham duas ou três cobertas. Uma das suas características é a existência do chamado “castelo”, à sua popa, apresentando até à proa uma pequena curva.

⁶ Com a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, Filipe II estabeleceu a união das monarquias ibéricas.

⁷ Sir Francis Drake destruiu 24 barcos que tinham sido preparados para a invasão da Inglaterra e varreu uma parte considerável dos suprimentos das forças espanholas. Enquanto a fumaça se dissipava, Drake seguia para os Açores, onde esperava tomar alguns dos navios que sabia estarem se dirigindo à Espanha com especiarias da Índia e prata da América.

